

POLÍTICAS TRANSREGIONAIS NA ACADEMIA

Da cooperação universitária à proposição da Universidade do Mercosul

Elói Martins Senhoras

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

 eloi@ige.unicamp.br

Resumo

No atual contexto marcado pelo fenômeno da globalização econômica, política, social e cultural que afeta as relações de poder entre Estados no sistema internacional, a investigação sobre a ascensão de uma pluralidade de novos atores subnacionais e novos formatos de cooperação internacional adquirem destacada significação.

Como a universidade ocupa uma posição de destaque na nova ordem mundial que se redesenha constantemente, devido ao seu significativo papel na construção do capital intelectual e cultural humano, este trabalho tem por objetivo discutir a política de relações internacionais do complexo de ensino e pesquisa do Mercosul, ao fazer uma reflexão sobre as vantagens de cooperação internacional do ponto de vista acadêmico e suas perspectivas no contexto da integração universitária regional.

O artigo irá demonstrar que se por um lado a cooperação internacional no ensino superior se intensificou notavelmente nas últimas décadas devido às novas demandas de integração da tecnociência e da geoeconômica que marcaram as relações internacionais, por outro lado a universidade pela sua vocação de desenvolver ciência e tecnologia e de formar quadros com capacidade de atuação multicultural não pode estar ausente desse movimento das relações internacionais que marcam o contexto de interdependência global, por isso logo se inseriu em diversificadas estratégias de cooperação internacional, em especial no âmbito regional das integrações transnacionais.

Palavras chaves: *cooperação internacional, Mercosul, universidade.*

GT 23: Estado e políticas de educação superior no Mercosul.

Introdução

O papel e as funções da cooperação internacional universitária têm passado por significativas transformações conceituais e pragmáticas devido aos processos

relacionados com o aumento de eficiência e qualidade das instituições de educação superior, relacionados com a internacionalização das publicações e pesquisas e da própria docência.

Com o amadurecimento da universidade às relações transnacionais, o fundamento de cooperação internacional passou de uma lógica privatista, focada no interesse e na ação de alguns cientistas e pesquisadores, para uma lógica coletiva institucionalizada.

Segundo Sebastián (2002), existe uma revalorização da cooperação internacional através da generalização de instrumentos flexíveis de cooperação, como as redes e as alianças estratégicas entre universidades, que amplificam os benefícios da cooperação ao incrementar as possibilidades de interação e as modalidades de colaboração.

As transformações de cooperação internacional ocorridas entre as instituições de ensino superior têm se baseado na complementaridade de capacidades para a realização de atividades conjuntas e na associação para o benefício mútuo através do fortalecimento institucional e da internacionalização da pesquisa e do ensino.

A cooperação internacional se converteu em uma atividade horizontal que tem *impactos internos* positivos nas políticas e na gestão das universidades e *impactos externos* no incremento do papel ativo das instituições, ao superarem modelos passados assistencialistas, baseados em esquemas passivos de aceitação e participação em determinadas ofertas exógenas.

No momento atual de globalização e de transformações das instituições de ensino superior nesse novo ambiente dinâmico, faz-se necessária uma visão mais ampla da participação da universidade brasileira no sistema internacional, com o risco de se comprometer de maneira irreversível sua atuação e importância nos campos de ensino, pesquisa e extensão, haja vista que a atuação das universidades dos países centrais já é extremamente dinâmica e crescente devido ao aumento do número de convênios e redes inter-universitárias.

Nos países centrais, a cooperação científica internacional em pesquisas e em publicações tem tomado corpo\substantivo por meio da hegemonia científica e tecnológica da tríade que se firma através de programas específicos de financiamento. Ademais, na União Européia, a maioria das Universidades preconiza em seus cursos de graduação o estágio internacional dos estudantes como uma estratégia de integração do bloco de países; no Japão, o intercâmbio de estudantes e pesquisadores para o Ocidente proporciona uma visão aberta aos principais braços de interdependência complexo do país; e nos Estados Unidos, várias universidades têm uma política de atração de estudantes para seus quadros através da concessão de bolsas e estágios remunerados.

Tabela 1 - **Evolução da Cooperação Internacional em Pesquisa na Tríade**

País	% Co-publicações Internacionais			
	1976	1986	1990	1995-1999
Alemanha	9,7	20,9	28,2	33,7
Espanha	9,5	18,6	23,5	32,3
França	10,3	21,3	27,5	35,6
Reino Unido	10,0	16,6	21,9	29,3
Japão	3,5	7,5	10,0	15,2
Estados Unidos	5,6	10,2	12,9	18,0

Fonte: Sebastián (2005).

Nos países periféricos, o Mercosul merece destaque, pois por muito tempo esteve restrito a um projeto de integração econômica e recentemente tem aberto caminho para a integração de outros setores, como o cultural e o educacional, em especial no campo das universidades, que são as instituições que mais se têm beneficiado da cooperação internacional.

Como o papel da universidade no Mercosul é indispensável para o alinhamento dos países na vanguarda do desenvolvimento, haja vista que elas têm forte responsabilidade na transferência de ciência e tecnologia para os setores econômicos e sociais, o presente artigo irá estudar a importância da projeção da cooperação internacional nas universidades dentro, a fim de demonstrar sua relevância na consolidação de uma cultura e de uma agenda de diálogo regional.

A Construção de Competências através da Cooperação Internacional

Nos últimos anos a Comunidade Científica e os Analistas em Política de C&T têm demonstrado interesse cada vez maior no tema cooperação científica em decorrência da crescente integração internacional e dos inúmeros problemas multidisciplinares da sociedade moderna.

“A cooperação internacional em ciência e tecnologia tem crescido a uma taxa significativa. Partindo de uma base inexpressiva em meados do século XX, a cooperação internacional representa hoje uma parcela considerável da pesquisa científica. [...] Esse crescimento, no entanto, afetou de maneira desigual tanto as diversas áreas de conhecimento como os diferentes países. Por razões óbvias, a explosão das chamadas parcerias em pesquisa e desenvolvimento é muito mais comum entre países avançados. Entretanto, em algumas áreas de conhecimento e atividades, o envolvimento de países em desenvolvimento torna-se fundamental para o avanço do conhecimento” (Gama e Velho, 2005: 01).

A cooperação internacional trata-se de um sistema de comunicação que estabelece um novo campo de fluxos de conhecimento e cultura e novas configurações

do saber, que não apenas permite o desenvolvimento dos parceiros envolvidos do ponto de vista comercial, industrial e científico, mas também educa os povos para vida de progresso em harmonia e paz.

A cooperação científica e tecnológica tem se caracterizado pelo trabalho conjunto entre pesquisadores, grupos ou organizações de empresas, institutos de pesquisa, e universidades em função de objetivos comuns, mas, tradicionalmente, é no ensino superior de graduação e na pós-graduação que a cooperação entre os países em matéria de educação, ciência, tecnologia e cultura tem ocorrido.

Essa cooperação tem sido realizada de diversas maneiras, através de workshops ou outros encontros para troca de conhecimento, projetos de cooperação ou redes de trabalho para troca dos resultados e divisão das tarefas, envolvendo os mais diversos propósitos.

Dada a variedade de colaborações que podem ser estabelecidas, não é de se estranhar que as razões que levam os cientistas a colaborar entre si sejam também das mais diferentes naturezas. Como a cooperação internacional pode assumir formas distintas e abranger desde as modalidades mais sutis até formas mais tradicionais de cooperação científica e tecnológica, Georghiou (1998) destaca a existência de duas modalidades de cooperação internacional: a) Cooperação Informal, e b) Cooperação Formal.

Quadro 1 - **Modalidades de Cooperação**

<i>Cooperação Informal</i>	Ocorre no âmbito de projetos específicos, através dos pesquisadores. Os compromissos se estabelecem em nível pessoal ou institucional, é muito comum na cooperação acadêmica.
<i>Cooperação Formal</i>	Faz uso de documentos legais, protocolos, convênios e acordos. Envolve um comprometimento mais formal entre os pesquisadores/instituições participantes. Esses acordos se dão na esfera das instituições e governos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Georghiou (1998).

Segundo Luukkonen, Persson e Sivertsen (1992) as cooperações internacionais são motivadas por distintas razões oriundas endogenamente do núcleo duro de C&T e exogenamente de atores sociais que influem nas agendas de pesquisa.

No meio de uma relação balizada pela autonomia de C&T e pelas influências sócio-políticas, existe uma série de benefícios que levam os pesquisadores e os centros de ensino e pesquisa a cooperarem, conforme os fatores diretos e indiretos de influência na interação.

Entre as principais *motivações indiretas* para a colaboração internacional estão: as motivações estratégicas direcionadas por governos ou organismos da sociedade,

situações onde a colaboração é motivada por termos externos ao núcleo duro de C&T, conforme a natureza política, econômica, militar ou cultural.

Entre as *motivações diretas* destacam-se: a) o acesso a conhecimento, especialistas e habilidades em C&T, b) o acesso a lugares únicos e a grupos populacionais, onde o pesquisador coopera na intenção de ter acesso a esses lugares propriamente ditos ou seus dados, c) a divisão de custos e riscos, em especial no caso de grandes projetos, d) o auxílio em questões globais de meio ambiente e saúde pública, e) o estabelecimento de padrões normativos de desenvolvimento de C&T.

Quadro 2 - **Percepções da Cooperação Internacional**

+++	A cooperação internacional tem um papel importante, principalmente por trazer recursos sem problemas de continuidade, formar pessoal, possibilitar treinamento no exterior, fornecer equipamentos e materiais, permitir o acesso a publicações estrangeiras e realizar uma rápida divulgação dos resultados.
++	A cooperação é importante, mas torna-se necessário que ela seja melhor controlada e que atenda prioritariamente aos interesses nacionais
+	A cooperação estrangeira é importante apenas como complemento a carências específicas das instituições nacionais e deve estar sob rígido controle nacional ou institucional.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Gama e Velho (2005).

A cooperação internacional vai além da busca de partilhar idéias, recursos financeiros e novas técnicas, uma vez que os sentimentos e os aspectos sócio-culturais e intelectuais dos pesquisadores influenciam em maior ou menor grau, nas relações de colaboração científica.

Não obstante a percepção da importância da cooperação internacional, severas críticas tem sido realizadas no relacionamento assimétrico entre diferentes países, pois ela apresentaria sérios inconvenientes, tais como: cooptação, utilização subalterna de pessoal local, coleta e retirada de material do país sem nenhum controle, pouco acesso aos conhecimentos gerados, crescente ingerência nos assuntos internos e formação de instâncias de difícil controle administrativo e científico.

As principais críticas às cooperações internacionais são oriundas da análise das colaborações Norte-Sul, onde em geral as relações se estabelecem de forma assimétrica, com uma dominação dos parceiros estrangeiros em termos do controle da agenda de pesquisa, recursos disponíveis e apropriação dos resultados gerados, principalmente no que diz respeito a publicações e patentes.

Como muitas vezes os programas de cooperação internacional têm pouca convergência com os objetivos estratégicos das nacionais e estão distantes das necessidades de desenvolvimento das populações locais, diversos estudos argumentam

que a cooperação internacional em países periféricos não representa mais o auxílio científico e tecnológico para a consolidação de projetos nacionais, mas passa a ser auxílio nativo para adequado desenvolvimento das programações estrangeiras, em uma inversão de valores e expectativas pouco interessante para os países menos desenvolvidos, porém coerente com a situação de dependência científica, tecnológica e econômica.

A Cooperação Internacional nas Universidades

As instituições de ensino e pesquisa são organizações que aprendem, evoluem e criam seus padrões de funcionamento porque estão inseridas num ambiente dinâmico de transformações, o que as leva a se auto-reorganizarem constantemente suas trajetórias de pesquisa e seus padrões de funcionamento, em detrimento de exigências científico-tecnológicas e de eficiência administrativa.

Para estar em sintonia com essas exigências, as universidades têm se inserido em programas e redes de cooperação internacional, onde intercambiam conhecimentos, forjam campos de pesquisa e extensão, e recriam novas formas de cultura que permitem a fluidez do dinamismo acadêmico funcional às necessidades sociais e às rotinas do núcleo de C&T.

“A universidade configura-se na tendência de se formarem redes que integrem as associações de universidades, seja regionalmente, em blocos ou no mundo, promovendo a figura de consórcios acadêmicos com a finalidade de racionalizar o uso de instalações, laboratórios, infra-estrutura e demais recursos existentes, o que é uma necessidade que se verifica no âmbito global. Além de se criar uma rede de universidades que cooperem umas com as outras, também criam-se associações livres intercambiando suas essências e exercitando seus interesses recíprocos, para que, assim, cada instituição possa exacerbar seus objetivos primeiros” (Chermann, 1999: 18).

Por um lado, as cooperações internacionais norte-sul de universidades e centros de pesquisas de países desenvolvidos do Norte, ao se reorganizarem diante do ambiente globalizante, buscam parceiros científicos em países menos desenvolvidos do Sul, apoiando-se em programas financiados pelo Estado e por empresas. Essas cooperações tendem em geral a serem influenciadas por fóruns diplomáticos dos países centrais, com a finalidade de alcançar interesses específicos de política externa, uma vez que é facilmente demonstrada a evidência do interesse dos países centrais por meio do número significativo de agências e programas criados pelos governos, especificamente para financiar a pesquisa cooperativa entre os seus próprios pesquisadores e os de países do Sul.

Por outro lado, as cooperações internacionais sul-sul de universidades e centros de pesquisas dos países periféricos demonstram uma grande fragilidade de construção histórica, pois estas instituições não apresentam um interesse espontâneo, sistemático e significativo, de cooperarem científica ou tecnologicamente entre si. A ausência de cooperações inter-universitárias sul-sul é explicada, em grande parte, pela ausência de recursos intelectuais, materiais e financeiros nesses países.

Quadro 3 - Fatores de Transformação das Instituições de Ensino e Pesquisa

<i>Crise financeira do setor público</i>	A perda de capacidade de financiamento do Estado tem levado a severas reduções dos recursos para custeio e investimento e à diminuição do quadro de pessoal. As normas e as leis que definem a gestão financeira e administrativa, resulta em restrições que as impedem de atuar com eficiência, tanto na gestão dos recursos humanos e financeiros, quanto na gestão da pesquisa, desenvolvimento e difusão da inovação tecnológica.
<i>Transformações científicas e tecnológicas mundiais</i>	Os avanços científicos e tecnológicos pela sua velocidade, número de novas áreas, e capacidade de gerar novas tecnologias, novas disciplinas e novos temas de pesquisa, colocam novas questões em pauta, como direitos de propriedade intelectual, modificações nas pautas de pesquisa, requalificação de suas equipes, novas estratégias de relacionamento com os setores produtivos e as universidades.
<i>Novos padrões de relacionamento no Sistema de Inovação</i>	Novos padrões de inserção no sistema de inovação são estruturados devido aos novos formatos de alocação competitiva dos recursos financeiros para a atividade de P&D e de inovação, através do aparecimento de novos atores públicos e privados, nacionais e internacionais. Competência, qualidade dos trabalhos, uso de metodologias e procedimentos habilitados por entidades credenciadas, rapidez no atendimento aos clientes e preço são alguns dos novos elementos presentes na busca de vantagens competitivas, conformando a reorganização da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Salles Filho *et al.* (2005).

No inter cruzamento entre as cooperações internacionais sul-sul e norte-sul entre as universidades, observa-se que muitas vezes a cooperação internacional apresenta uma tendência à manutenção de laços estabelecidos durante o período de colonização, ficando os países, a nível agregado, sob a liderança científico-tecnológica do país líder de uma determinada região geo-econômica.

Dentro desse quadro, as relações universitárias de cooperação internacional norte-norte se processam dentro da tríade Eua, Japão e União Européia horizontalmente, simultaneamente à conformação de redes auxiliares de cooperação norte-sul que se articulam de maneira vertical.

Não desprezando as relações de poder existentes, a importância da cooperação internacional na globalização se mantém, pois traz à luz a preeminência de uma nova forma de universidade – a universidade virtual, que, mesmo inserida na proposta da universidade tradicional, articula ensino, pesquisa e extensão e conceitos renovados de conhecimento e saber, constituindo um novo modelo de educação e de marcos culturais menos assimétricos e conflitivos.

A Cooperação Universitária no Mercosul

Os primeiros esforços para o fortalecimento de parcerias em C&T através de programas oficiais conjuntos na região do Mercado Comum do Sul são anteriores à criação formal do bloco e remontam às primeiras negociações bilaterais entre Argentina e Brasil na década de 80.

Porém, as transformações do ambiente externo global e do ambiente interno às universidades não foram suficientes para melhorar a participação dos dois países nas atividades cooperativas de C&T.

Com base na premissa de que via integração regional é possível se fortalecer e conquistar posição menos desfavorável no panorama internacional, a conformação do Mercosul acabou se revelando como uma tentativa de superação de barreiras tecnológicas e científicas através da adesão espontânea de uma série de iniciativas de cooperação internacional dentro do complexo de ensino e pesquisa dos países da região.

Embasado na experiência bem sucedida da União Européia, o Mercosul marca tendência de reorganização da geopolítica regional, à qual os países do sul da América Latina não têm ficado imunes. Com a consolidação do Mercosul, surge um fórum permanente institucionalizado para assuntos de ciência e tecnologia, a Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECYT).

Além das ações intergovernamentais e diplomáticas concretas voltadas especificamente aos países que compõem o Mercosul, é importante destacar que algumas ações de integração universitária de caráter mais abrangente também propiciam apoios de cooperação aos países deste megabloco.

Tais ações existentes de cooperação inter-universitária na região desdobram-se em três planos distintos: a) a cooperação esporádica entre grupos e instituições; b) acordos interinstitucionais bilaterais e c) acordos interinstitucionais multilaterais ou redes.

Quadro 4 – **Formatos de Cooperação Universitária no Mercosul**

<i>Cooperação esporádica e espontânea</i>	É próprio do meio universitário a busca de cooperação e articulação entre grupos de docentes, pesquisadores e técnicos trabalhando em campos comuns ou complementares. Valendo-se de oportunidades de apoio e financiamento, com frequência estes "pares" desenvolvem ações conjuntas, tais como cursos, seminários, congressos, visitas, estágios, publicações, etc.
<i>Cooperação via acordos interuniversitários bilaterais</i>	É comum a realização de convênios entre as universidades da região, que em geral, abrangem todas as áreas de conhecimento com o objetivo de intensificar o intercâmbio científico-cultural. Os convênios existentes são os mais diferentes, desde o intercâmbio de professores para realização de cursos; intercâmbio de pesquisadores para a realização conjunta de pesquisas e publicações; estabelecimento de relações no âmbito da cooperação técnica; a viabilização de intercâmbio de estudantes das últimas fases da graduação e da pós-graduação até a intenção de desenvolvimento conjunto de cursos de pós-graduação.
<i>Acordos interuniversitários multilaterais e redes institucionais</i>	Entre as ações universitárias de cooperação voltadas especificamente ao Mercosul, merece destaque a expansão acentuada de redes institucionais de conhecimento. Entre as principais redes que têm por objetivo estimular e fomentar a integração das instituições universitárias do Mercosul estão: a) Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), b) Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), c) Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), d) Rede Deusto de Estudos de Direção de Empresas no Cone Sul, e e) Grupo de Universidades de Fronteira do Mercosul.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Neves e Morsinis (1996).

O processo de integração apoiado na reificação da cooperação internacional tem obtido respostas positivas das universidades integrantes dos Mercosul, pois elas têm sido parte ativa do processo de integração, embora de forma silenciosa.

A cooperação internacional no Mercosul adquire hoje contornos novos e um ritmo efervescente, pois as universidades já deram um novo passo à integração e têm reagido a essa nova proposta de trabalho conjunto.

Além do aspecto mais facilmente reconhecível da institucionalização da cooperação científica que é o intercâmbio, surgiram iniciativas de desenvolvimento de estratégias comuns dos setores acadêmicos para a participação em organismos e eventos internacionais e para o desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais.

Foram criadas assessorias internacionais e eventos para a cooperação, realizados acordos que abrem um leque flexível de opções de fortalecimento da capacidade endógena de produção de conhecimento, reconhecidos títulos e diplomas que possibilitam a continuação de estudos de pós-graduação em outros países do megabloco e estabelecidos grupos de estudos de interesse regional.

No caso da produção de conhecimento, a integração entre pesquisadores já está em pleno processo, inclusive com a criação de programas de pós-graduação conjuntos, onde o país ou a instituição mais qualificada cientificamente funciona como pólo de desenvolvimento de conhecimento na região.

Esforços de magnitude considerável têm sido gerados no processo de integração e cooperação regional através da criação de redes epistêmicas de informação e pesquisa,

que incluem redes acadêmicas e projetos de organizações civis. As iniciativas têm sido eficientes instrumentos práticos para potencializar a infra-estrutura intelectual, científico-tecnológica, e para incentivar a produção, o acesso e a transferência de conhecimentos dos países que integram o bloco.,

As análises sobre a formação de recursos humanos e de produção de conhecimento no Mercosul, mesmo com diferenciações, apontam para a possibilidade de integração universitária entre os países. Por um lado, a internacionalização das pesquisas e da formação dos recursos humanos nas universidades é produzida de modo espontâneo por meio de redes de relacionamentos dos professores e pesquisadores com as instituições estrangeiras nas quais tenham realizado sua formação ou especialização anteriormente, mas por outro lado, essa iniciativa é legitimada através de programas formais de cooperação interuniversitária e através de programas de fomento à cooperação bilateral ou multilateral (Sebastián, 2003).

Porém, em muitas áreas do conhecimento, a geografia da cooperação internacional no Mercosul se restringe aos países com maiores recursos financeiros, Brasil e Argentina, uma vez que a cooperação requer uma sólida base de conhecimento e um alto investimento financeiro devido a aquisição de instrumentos e a construção de laboratórios.

Assim sendo, um dos problemas da baixa cooperação entre os países do bloco se deve à falta de recursos desses países para realizar aproximações no campo de C&T, o que resulta em um baixo coeficiente de pesquisas e publicações conjuntas entre países.

Tabela 2 – Cooperação Internacional em Pesquisa dos países do Mercosul

Co-publicações Internacionais					
País	Número Total Publicações	América Latina	União Européia	Estados Unidos	Total Co-publicações Internacionais
Países-Permanentes do Mercosul					
Argentina	11.085	5,4	11,7	8,7	25,8
Brasil	21.397	3,5	17,1	15,3	35,9
Paraguai	56	21,4	25,0	28,6	75,0
Uruguai	627	17,1	20,1	12,6	49,8
Venezuela	2.893	6,6	18,0	19,1	43,7
Países-Associados do Mercosul					
Bolívia	229	11,8	52,8	22,3	86,9
Chile	5.998	6,5	17,8	16,9	41,2

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Fernández *apud* Sebastián (2003).

As atividades de parceria no âmbito do Mercosul têm sido ainda tímidas, pois, quando existem *de facto*, apresentam basicamente o envolvimento científico de universidades e institutos de pesquisa do Brasil com congêneres na Argentina. Apesar das iniciativas do eixo Argentina-Brasil, a trajetória dos dados bibliométricos revelam uma cooperação residual que se mantém aquém das colaborações com parceiros europeus e americanos.

“A grande maioria das cooperações realiza-se prioritariamente com instituições congêneres dos países europeus e norte-americanos, assim como a maior parte dos programas de cooperação existentes, tanto em nível federal como estadual, também são muito mais abundantes com os países avançados. Isso indica que a importância relativa do Mercosul no esforço cooperativo é bastante modesta, não se diferenciando com relação aos demais países da América Latina. [...] A mencionada preferência pelos países desenvolvidos explica-se por uma composição de fatores que incluem a maior capacitação científica de tais países até a disponibilidade de financiamento, tornando, assim, a colaboração com países centrais muito mais motivadora para as instituições e para os pesquisadores do que a associação com instituições ou grupos de pesquisa da Região e, mais especificamente, do Mercosul. Além disso, as assimetrias intra-regionais tendem a desencorajar a cooperação horizontal entre os países do Mercosul. Esse fato não chega a ser surpreendente dada a conhecida orientação dos pesquisadores da região no sentido das pautas teóricas e metodológicas dos grandes centros científicos mundiais, além do fato de que uma proporção significativa dos pesquisadores líderes locais foram treinados por e mantêm laços estreitos com pesquisadores dos países avançados.” (Velho, 2001: 65).

Embora as redes regionais de cooperação em C&T nas universidades do Mercosul tenham se ampliado espontaneamente a curtos passos com foco no diagnósticos do bloco, uma política coordenadora, que defina prioridades e estructure programas e recursos no ensino superior inexistente.

Diante desse caráter espontâneo de desenvolvimento micro-institucional nas universidades da cooperação internacional e da inexistência de um macro-planejamento da ciência e da tecnologia no bloco, existe um grande problema de identificação e prospecção de áreas e temas para cooperação, o que requer a intervenção inter-governamental dos países, com a capacitação do *staff* responsável por essa área de educação e C&T, e com o estabelecimento de fundos de financiamento para projetos de cooperação intra-regional.

Os obstáculos enfrentados pelas universidades do bloco e as ações governamentais e internacionais por elas desencadeadas indicam que o reconhecimento da cooperação interinstitucional na região é fundamental para consolidar uma cultura regional e um processo de transformação e aprofundamento da integração do Mercosul.

O Planejamento interestatal de uma Universidade do Mercosul

O grau evolutivo de cooperação científico-educacional entre as universidades do Mercosul tem sido marcado pelo seu caráter espontâneo enquanto política *bottom-up* que nasce nas academias por meio de esquemas de cooperação em linhas conjuntas de pesquisa ou na mobilidade de alguns docentes e discentes na região.

A característica espontânea da transnacionalização regional em ensino superior no Mercosul acontece de forma bilateral a partir de acordos entre instituições ou entre comunidades científicas e grupos de pesquisa, o que evidencia a ausência de um organismo regulador e centralizador de um planejamento que seja transversal aos países e que possibilite o próprio fortalecimento das estratégias de cooperação em educação, ciência e tecnologia.

A partir deste diagnóstico surgiu um *planejamento estratégico* para a integração do ensino superior no Mercosul, objetivando avançar a temática além de acordos bilaterais e desprovidos de regulamentação jurídica ou harmonização acadêmica, ao buscar a conformação de um espaço acadêmico regional e de uma política direcionada *top-down* por meio da formação e mobilidade de recursos humanos e pela abertura de canais de financiamento que resultaram na criação do Fundo Educacional do Mercosul (Sguissardi *et al.*, 2005).

Neste planejamento estratégico alguns temas têm sido centralizados nas negociações da agenda integrada do *policymaking* regional em educação superior de maneira a se inter-relacionarem funcionalmente para o fortalecimento da cooperação universitária, tal como *acreditação de carreiras* para o reconhecimento de títulos de nível universitário nos países do Mercosul, *mecanismos de harmonização de cursos universitários* e *transferência de créditos* a partir de alguns requisitos mínimos que permitam a *mobilidade de alunos, investigadores e docentes*, e finalmente, *ações conjuntas de cooperação institucional* na constituição de redes de excelência em matéria de formação docente e no desenvolvimento de pesquisas e programas colaborativos de graduação e pós-graduação.

A agenda *top-down* de planejamento da educação superior no Mercosul tem se baseado no processo regional do espaço europeu que propõe a convergência de todos os sistemas de educação e um padrão de universidade européia, permitindo maior mobilidade de professores e estudantes, além da unificação de títulos, o que possibilitará que o diploma dos estudantes seja validado nos países que assinaram o acordo de Bolonha.

Em razão da utilização de um modelo de planejamento regional em educação superior que é exógeno à formação regional do Mercosul surgiu a proposição de abertura de uma universidade transregional intitulada “Universidade do Mercosul” a fim de responder às especificidades regionais do próprio processo de construção do Mercosul.

As estratégias de projeção da Universidade do Mercosul se orientam pelas diretrizes de ampliação da mobilidade estudantil e docente, com a implantação de regimes

curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições.

A concepção inicial da Universidade do Mercosul está assentada na flexibilidade de intervenção de cada Estado integrante do projeto, de maneira que a instituição tenha vários *campi* para permitir a integração de professores e alunos, com a realização de cursos curtos e reconhecidos internacionalmente.

Inicialmente, a universidade funcionará em pólos de ensino no Brasil e na Argentina, será bilíngüe, não terá docentes fixos e concederá diplomas com validade nos dois países. O primeiro *campus* estará localizado em instalações da Usina de Itaipu em Foz do Iguaçu, com o objetivo experimental de promover a mobilidade de alunos e professores de Brasil e Argentina para a realização de cursos com reconhecimento oficial.

A despeito das incertezas que rondam a implementação da Universidade do Mercosul existe uma preocupação maior que questiona o grau de institucionalização do projeto diante das possibilidades de inflexões políticas no relacionamento inter-estatal do regionalismo sulamericano.

Perante o formato intergovernamental da agenda de formulação e implementação da Universidade do Mercosul fica patente que se, de um lado inexistem canais participativos para as academias nacionais definirem o sentido do esforço transregional, de outro lado, se faz necessário repensar a intervenção *top-down* da cooperação regional em construção no ensino superior e perguntar se este é formato mais adequado para o fortalecimento da integração regional.

Últimas considerações à guisa de conclusão

Todas as reflexões sobre a instituição universidade consideram a sua internacionalização como um duplo vetor de impulsos: a) negativos, devido à pressão sobre a sua missão e ação, e b) positivos, devido aos benefícios dos avanços tecnológicos, da associação transnacional e da transferência de conhecimentos..

No campo da cooperação internacional existem etapas a serem cumpridas no Mercosul, como aconteceu na integração econômica, uma vez que se faz necessário o estímulo de ações e medidas concretas que possibilitem a aproximação, o conhecimento mútuo, a mobilidade docente e discente, a cooperação em programas e projetos específicos, e a integração no plano da formação de recursos humanos e da produção de conhecimentos.

A inserção internacional das universidades do Mercosul mais do que uma rotina institucional é uma obrigação em construção para quem pensa em enfrentar e vencer os desafios, colocados pelo mundo e pela sociedade às instituições nacionais de ensino superior.

O propósito fundamental da internacionalização da universidade nos países do Mercosul reside na possibilidade de abrir frentes de cooperação internacional que consubstanciem o fortalecimento de temas-chaves de uma integração mais profunda.

“Conjunturalmente, vive-se um momento particularmente importante, em que a universidade brasileira é chamada a posicionar-se e contribuir para a efetiva implementação de políticas públicas e de desenvolvimento. Para essas políticas, a universidade deverá ter respostas, nos mais diversos campos – educação, cultura, saúde, meio ambiente, tecnologia, trabalho, comunicação, direitos humanos, entre outros, com uma contribuição que deve abranger aspectos de formação de pessoas – na graduação, pós-graduação e educação continuada –, de investigação e inovação, e de interação social – núcleo básico da extensão universitária, com abrangência nacional e internacional” (Corrêa e Almeida, 2004: 01).

Os esforços multi-temáticos das universidades na cooperação internacional não devem ser entendidos como fatores centrais do desenvolvimento ou de mudanças, senão como alavancas que corroboram e potencializam o diálogo regional do bloco Mercosul dentro de marcos valorativos de desenvolvimento sustentável de uma cultura comum.

Através da internacionalização da universidade, a cooperação internacional habilita a sua comunidade científica, enquanto população social, intelectual e politicamente diversificada, a compartilhar de um processo de criação e transformação cultural através do contato ao pensamento científico e cultural com outros países.

Referências bibliográficas

- CHERMANN, L. P. **Cooperação Internacional e Universidade: Uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ, 1999.
- CORRÊA, E. J.; ALMEIDA, S. R. G. “Cooperação Internacional: a Interface com a Extensão Universitária”. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- GAMA, W.; & VELHO, L. “A cooperação científica internacional na Amazônia”. **Estudos Avançados**, vol.19 nº 54. São Paulo: Usp, 2005.
- GEORGHIOU, L. “Global Co-ordination in Research”. **Research Policy**, nº 27, 1998.
- GEORGHIOU, L. “Evolving Frameworks for European collaboration in research and technology”. **Research Policy**, nº 30, 2001.

- LUUKKONEN, T.; PERSSON, O.; SIVERTSEN, G. "Understanding patterns of scientific Collaboration". **Science, Technology and Human Values**, nº 17, 1992.
- MOROSINI, M. C. (org). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: CORTEZ/CNPq, 1994.
- NEVES, C. E. B. "Limites e Possibilidades da Integração entre Universidades". In: **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.
- NEVES, C. E. B.; MOROSINI, M. C. "Cooperação Universitária no Mercosul". **Revista Em Aberto**, nº 68. Brasília: MEC, 1996.
- SALLES-FILHO, S.; BONACELLI, M. B.; CORDER, S.; FERREIRA, C. **Novas trajetórias de gestão de institutos e centros de pesquisa**. Relatório de pesquisa. Campinas: FINEP/ATED, 2005.
- SEBASTIÁN, J. "Oportunidades e Iniciativas para la Cooperación Iberoamericana en Educación Superior". **Revista Ibero Americana**, nº 28, 2002.
- SEBASTIÁN, J. **Estrategias de cooperación universitaria para la formación de investigadores en Iberoamérica**. Madri: OEI, 2003. Disponível em <www.oei.es>.
- SEBASTIÁN, J. "Repensando la innovación en America Latina". **Anais do XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica**. Salvador: Altec, 2005.
- SGUISSARDI, W.; FRANCO, M. E. D. P. & MOROSINI, M. C. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Brasília: Inep/MEC, 2005.
- VELHO, L. Redes regionais de cooperação em C&T e o Mercosul. **Parceria Estratégica**, nº 10. Brasília: MCT/CEE, 2001.